

# **Casa do Povo de St. António das Areias**

**Anexo**

**31 de dezembro de 2023**

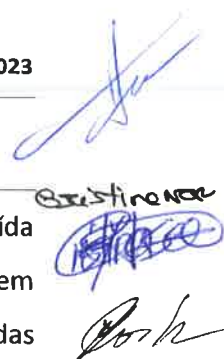
## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6	Ativos Intangíveis .....	14
7	Locações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos .....	15
9	Inventários .....	15
10	Rédito .....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	16
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	16
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	16
14	Imposto sobre o Rendimento .....	16
15	Benefícios dos empregados .....	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
17	Outras Informações.....	17
17.1	Investimentos Financeiros .....	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	17
17.3	Clientes e Utentes .....	17
17.4	Outras contas a receber .....	18
17.5	Diferimentos .....	18
17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	18
17.7	Fundos Patrimoniais.....	18
17.8	Fornecedores .....	18
17.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
17.10	Outras Contas a Pagar .....	19
17.11	Subsídios, doações e legados à exploração .....	19
17.12	Fornecimentos e serviços externos.....	19
17.13	Outros rendimentos.....	19
17.14	Outros gastos .....	20

17.15 Resultados Financeiros..... 20

17.16 Acontecimentos após data de Balanço..... 20

*Cristina*



## 1 Identificação da Entidade

A “Casa do Povo de St. António das Areias” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República, com sede em Avenida 25 de Abril Nº 19, Santo António das Areias, tendo como finalidade a satisfação das necessidades básicas da população do concelho de Marvão em geral, e dos seus associados em particular.



## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo

referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>499405,45</b>
Outros Ajustamentos ( subsídios ao investimento )	373439,66
Total de Ajustamentos	373 439,66
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>872845,11</b>

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	<b>-6496,24</b>
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>-6496,24</b>

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### 3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se

continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### 3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

Basilio Torres

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



Existência  
  


O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,
- ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	5 a 16
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	7 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	5 a 16

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

#### 3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custo específico.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Christino Reis

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Existiram

### 3.2.8 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### 3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

*Resistência*  


#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	626 194,77					626 194,77
<b>Total</b>	<b>626 194,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626 194,77</b>

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Bens Imóveis	626 194,77					626 194,77
<b>Total</b>	<b>626 194,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>626 194,77</b>

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2 119 019,23	4 810,67		1150,00		2 124 979,90
Equipamento básico	198 799,52	293,55		393,53		199 486,60
Equipamento de transporte	57 862,33					57 862,33
Equipamento administrativo	39 793,92					39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	24 430,94					24 430,94
<b>Total</b>	<b>2 439 905,42</b>	<b>5 104,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1 543,53</b>	<b>0,00</b>	<b>2 446 553,39</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	504 642,67	47883,96				552 526,63
Equipamento básico	133 833,25	10799,52				144 632,77
Equipamento de transporte	53 487,33	4375,00				57 862,33
Equipamento administrativo	32 840,10	1097,24		2,29		33 935,05
Outros Ativos fixos tangíveis	19 339,83	1328,58		173,73		20 494,68
<b>Total</b>	<b>744 143,18</b>	<b>65 484,30</b>	<b>0,00</b>	<b>176,02</b>	<b>0,00</b>	<b>809 451,46</b>

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	2 124 979,90					2 121 812,40
Equipamento básico	199 486,60					199 486,60
Equipamento de transporte	57 862,33	45009,59	24956,01			77 915,91
Equipamento administrativo	39 793,92					39 793,92
Outros Ativos fixos tangíveis	24 430,94	4633,82				29 064,76
<b>Total</b>	<b>2 446 553,39</b>	<b>49 643,41</b>	<b>24 956,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 468 073,59</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	552 526,63	47768,96				600 295,59
Equipamento básico	144 632,77	10687,05				155 319,82
Equipamento de transporte	57 862,33	5626,20	24956,01			38 532,52
Equipamento administrativo	33 935,05	1046,72				34 981,77
Outros Ativos fixos tangíveis	20 494,68	2169,99				22 664,67
<b>Total</b>	<b>809 451,46</b>	<b>67 298,92</b>	<b>24 956,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>851 794,37</b>

## 6 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
<b>Total</b>	<b>8 103,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 533,47	133,20				1 666,67
<b>Total</b>	<b>7 970,67</b>	<b>133,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
<b>Total</b>	<b>8 103,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projetos de Desenvolvimento	6 437,20					6 437,20
Programas de Computador	1 666,67					1 666,67
<b>Total</b>	<b>8 103,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 103,87</b>

## 7 Locações

Não aplicável.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	37910,04	231973,13	269 883,17	33138,16	239116,43	272 254,59
Descobertos Bancários	2 065,39	0,00	2 065,39	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>39 975,43</b>	<b>231 973,13</b>	<b>271 948,56</b>	<b>33 138,16</b>	<b>239 116,43</b>	<b>272 254,59</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:



Descrição	2022			2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	9 026,40	0,00	1 103,33
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 317,12	83 814,32	0,00	1 274,42	88 607,14	0,00	2 491,08
<b>Total</b>	<b>1 317,12</b>	<b>83 814,32</b>	<b>0,00</b>	<b>1 274,42</b>	<b>97 633,54</b>	<b>0,00</b>	<b>3 594,41</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				83 857,02			95 313,55

## 10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	13 919,60	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	343 717,68	325 633,70
Quotas e joias	3 278,00	3 663,00
<b>Total</b>	<b>360 915,28</b>	<b>329 296,70</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
<b>Subsídios do Governo</b>		
Instituto de segurança social	247 864,78	237 919,81
Autarquias	19 545,62	13 504,46
<b>Total</b>	<b>267 410,40</b>	<b>13 504,46</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

## 14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

## 15 Benefícios dos empregados



O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de 27 e em 31/12/2022 foi de 27.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	311 349,97	287 679,28
Indemnizações	608,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	68 378,02	63 346,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 260,93	4 583,13
Outros Gastos com o Pessoal	2 696,54	4 009,51
<b>Total</b>	<b>387 293,46</b>	<b>359 618,33</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Outros investimentos financeiros (FCT)	8 425,43	7 874,95
<b>Total</b>	<b>8 425,43</b>	<b>7 874,95</b>

### 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Quotas	13 954,00	15 881,00
<b>Total</b>	<b>13 954,00</b>	<b>15 881,00</b>

### 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		

Utentes	1 794,71	363,42
<b>Total</b>	<b>1 794,71</b>	<b>363,42</b>

#### 17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	0,00	234,86
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 000,00	1 102,50
Outros Devedores	39 730,48	31 992,02
<b>Total</b>	<b>42 730,48</b>	<b>33 329,38</b>

#### 17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Fornecimentos e serviços externos	7 864,04	10 507,27
<b>Total</b>	<b>7 864,04</b>	<b>10 507,27</b>

#### 17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2023	2022
Caixa	133,29	92,92
Depósitos à ordem	7 638,50	13 436,34
<b>Total</b>	<b>7 771,79</b>	<b>13 529,26</b>

#### 17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	422 437,95	0,00	0,00	422 437,95
Resultados transitados	208 406,31	24 266,49	0,00	232 672,80
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 277 491,19	0,00	-30 356,74	1 247 134,45
<b>Total</b>	<b>1 908 335,45</b>	<b>24 266,49</b>	<b>-30 356,74</b>	<b>1 902 245,20</b>

#### 17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	43 732,35	28 894,82
<b>Total</b>	<b>43 732,35</b>	<b>28 894,82</b>

#### 17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	813,52	3 014,39
<b>Total</b>	<b>813,52</b>	<b>3 014,39</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	770,64	1 228,00
Segurança Social	6 283,81	6 799,79
<b>Total</b>	<b>7 054,45</b>	<b>8 027,79</b>

### 17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Outras operações		20,01		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>52 367,79</b>		<b>56 567,79</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>30 663,85</b>		<b>33 429,55</b>
<b>Outros credores</b>		<b>12 340,77</b>		<b>22 021,46</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>95 392,42</b>	<b>0,00</b>	<b>112 018,80</b>

### 17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	247 864,78	241 636,81
Subsídios de outras entidades	20 128,30	14 045,65
Doações e heranças	3 257,31	29 439,75
<b>Total</b>	<b>271 250,39</b>	<b>285 122,21</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Serviços especializados	52 160,11	36 623,32
Materiais	6 765,88	8 410,44
Energia e fluidos	52 784,38	71 033,73
Deslocações, estadas e transportes	1 311,93	1 602,94
Serviços diversos	24 190,94	33 841,94
<b>Total</b>	<b>137 213,24</b>	<b>151 512,37</b>

### 17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	4 177,00	6 500,30
Rendimentos em investimentos não financeiros	48 023,75	37 328,79
Outros rendimentos	39 958,69	40 629,49
<b>Total</b>	<b>92 159,44</b>	<b>84 458,58</b>

#### 17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	8 850,58	9 182,93
Incobráveis	1 271,00	0,00
Outros Gastos	2 426,20	1 020,85
<b>Total</b>	<b>12 547,78</b>	<b>10 203,78</b>

#### 17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	11 448,43	3 256,34
Outros gastos e perdas de financiamento	992,84	721,68
<b>Total</b>	<b>12 441,27</b>	<b>3 978,02</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-12 441,27</b>	<b>-3 978,02</b>

#### 17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

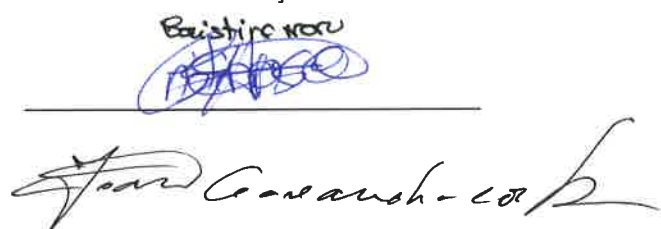
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santo António das Areias, 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado



A Direcção



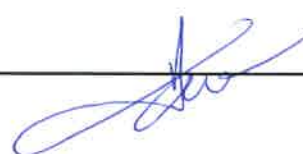
## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		360.915,28	329.296,70
Subsídios, doações e legados à exploração		271.250,39	285.122,21
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		95.313,55	83.857,02
Fornecimentos e serviços externos		137.213,24	151.512,37
Gastos com o pessoal		387.293,46	359.618,33
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		92.159,44	84.458,58
Outros gastos		12.547,78	10.203,78
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>91.957,08</b>	<b>93.685,99</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		67.298,92	65.441,48
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24.658,16</b>	<b>28.244,51</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		12.441,27	3.978,02
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>12.216,89</b>	<b>24.266,49</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>12.216,89</b>	<b>24.266,49</b>

  
 António Morais  

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		1 619 446,72	1 637 102,23
Bens do património histórico e artístico e cultural		626 194,77	626 194,77
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		8 425,43	7 874,95
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>2 254 066,92</b>	<b>2 271 171,95</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		3 594,41	1 274,42
Créditos a receber		45 338,71	41 434,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		13 954,00	15 881,00
Diferimentos		7 864,04	10 507,27
Caixa e depósitos bancários		7 771,79	13 529,26
		<b>78 522,95</b>	<b>82 625,99</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2 332 589,87</b>	<b>2 353 797,94</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		422 437,95	422 437,95
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		232 672,80	208 406,31
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 247 134,45	1 277 491,19
		<b>1 902 245,20</b>	<b>1 908 335,45</b>
Resultado líquido		12 216,89	24 266,49
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 914 462,09</b>	<b>1 932 601,94</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		43 732,35	28 894,82
Estado e outros entes públicos		7 054,45	8 027,79
Resultados disponíveis		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		271 948,56	272 254,59
Outros passivos correntes		95 392,42	112 018,80
		<b>418 127,78</b>	<b>421 196,00</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>418 127,78</b>	<b>421 196,00</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2 332 589,87</b>	<b>2 353 797,94</b>

A Direcção

Cristine Kox

*[Handwritten signature]*

O responsável

*[Handwritten signature]*